

TERRA

Movimentos afirmam que Programa Matopiba pode extinguir cerrado brasileiro

Além de implantar monocultura, Plano de Desenvolvimento Agropecuário expulsará comunidades locais

Flávia Quirino

Colaboração para o Brasil de Fato, 30 de Setembro de 2016 às 12:07

COMPARTILHE



Movimentos lançam campanha para proteger o cerrado em Brasília / Flávia Quirino/ Brasil de Fato

Comunidades, movimentos sociais e organizações sociais lançaram neste mês de setembro a **Campanha Nacional “Cerrado, Berço das Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”**. O objetivo é alertar a sociedade e denunciar a destruição do Cerrado e as violências contra povos e comunidades que vivem neste espaço.

A campanha é uma resposta ao Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba, criado via Decreto N° 8447, em maio de 2015, na gestão da senadora ruralista Kátia

investimentos agrícolas, o empreendimento esconde, na verdade, outro projeto de desenvolvimento. “É uma proposta de desenvolvimento destrutivo e que não nos contempla, ao contrário vem pra destruir o cerrado, destruir os territórios quilombolas. Esse é um projeto que não queremos, que temos que lutar contra ele”, alerta Ana Cláudia Mumbuca, quilombola da Comunidade Mumbuca, localizada na região do Jalapão (TO) e coordenadora da Coepto – Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas no Tocantins, filiada à Conaq.

A região do Matopiba está ocupada, em sua maioria, por comunidades quilombolas, povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas que não tem seus territórios regularizados. “Para o agronegócio se apropriar destas terras realizará uma forte ação de violência contra essas populações, teremos um aumento dos assassinatos, grilagem de terras, expulsão de famílias, e deslocamento de famílias para as periferias das cidades”, explica Paulo Rogério, técnico da APA/TO.

“A proposta de desenvolvimento do Matopiba é o campo sem gente, sem natureza e contaminado por resíduos químicos. Eliminando as pessoas, desmatam e plantam monoculturas usando adubos químicos e agrotóxicos. A intenção é manter uma lógica de reprodução do capital baseado num sistema concentrador de renda e altamente destruidor das comunidades e do meio ambiente”, afirma Paulo Rogério Gonçalves, engenheiro agrônomo e técnico da Associação Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA/TO).

O Matopiba abrange as regiões do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, totalizando 143 milhões de hectares e mais de 25 milhões de habitantes. O território abrange três biomas (Cerrado, Amazônia e Caatinga) e possui as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul – Tocantins, São Francisco e Prata – o que resulta em um elevado potencial aquífero.

Com a efetivação do Matopiba, o cerrado que ainda existe na região – e é a maior área de cerrado contínuo do país – corre risco de extinção. Uma das causas é a expansão do modelo agrário baseado na monocultura. De acordo com Gonçalves, nos últimos 20 anos houve um crescimento de 400% em áreas de monoculturas na região.

“O desenvolvimento proposto se baseia na expansão das monoculturas do agronegócio na região. Para isso é preciso transformar a terra em mercadoria, para fortalecer o mercado de terras no Brasil. Território regularizado não é mercadoria, é uma área de bem comum da comunidade tradicional, que não pode ser comercializado. Assim a proposta é regularizar toda a terra como propriedade privada e para isso é necessário expulsar todas as comunidades”, explica.

capital rentável agrícola exportador, presente na geopolítica mundial, que utiliza velhas e novas estratégias de territorialização. Empresas multinacionais são as maiores interessadas na execução do empreendimento, principalmente para a produção de *commodities* na escala mundial.

Eles aliam elementos de produção de energia, armazenamento, transporte, logística e mineração”, destaca Costa. Entre estas empresas, destacam-se Suzano Papel e Celulose, Cargil e Bunge. “Elas representam a ponta de lança do complexo agrícola exportador e de produção de energia. Atrelada a isso, empresas como Petrobrás e Vale atuam diretamente, como detentoras das centras de beneficiamento da produção e expansão da estrutura de estocagem e logística. A duplicação da ferrovia Carajás é exemplo concreto que responderá a novos fluxos que o Matopiba pode dar para o cerrado nacional”, aponta Saulo Costa.

Para o assessor da CPT/MA, no século XXI, uma das maiores ameaças é o agronegócio, toda a sua carga colonial e destruidora de territórios. “Os 143 milhões de hectares em questão para o Matopiba é exatamente a assinatura do fim de sociedades, dos saberes, dos povos e comunidades que reproduzem seu *bem viver* nos cerrados e nos ecótonos, áreas de transição entre os biomas cerrado-caatinga e cerrado-amazônia. O Matopiba é morte sim, por esses e outros fatores, como o uso intencional e permanente dos agrotóxicos. Os territórios são vida, garantem a reprodução dos povos e comunidades tradicionais”.

Conflitos

Dados do **Caderno de Conflitos no Campo – 2015**, elaborado pela CPT, revelam que no Maranhão, das 123 ocorrências de conflitos no campo em 2014, 82 estão na rota do Matopiba, alcançando 5.552 famílias. Atualizando os dados, entre 2000 e 2015, ocorreram um total de 3.076 conflitos por terra e por água com ações de violência contra os camponeses e os povos tradicionais. Deste total de conflito por terra e água, 1.643 ocorreram dentro da área delimitada pelo Matopiba, ou seja, 53,4% dos conflitos, envolvendo diversos sujeitos.

“A transformação dos 143 milhões de hectares é o encaminhamento para que a violência nos territórios se reproduza, e nestes termos, justificada como passos do 'desenvolvimento' da política nacional totalmente aliada ao modelo Matopiba e demais formas, como os perímetros irrigados e a mineração. O Matopiba não só contribui no aumento dos conflitos, como também permite a permanência do modelo violento de constituição da nossa sociedade”, diz Saulo Costa.

Além dos assassinatos, represálias e violências nos territórios, o trabalho escravo e uso indiscriminado de agrotóxicos são outras ameaças do empreendimento. “O

destinatamente a proposta e implantar monoculturas do agronegócio, que são altamente dependentes de agrotóxicos”, alerta Paulo Rogério.

Além da destruição do Cerrado, o Matopiba também empreenderá graves impactos sociais como o agravamento da pobreza e insegurança alimentar.

“Em empreendimentos como o Matopiba o que ocorre é a expulsão de camponeses e povos e comunidades tradicionais, que produzem os alimentos que consumimos no dia-a-dia, para a implantação de grandes fazendas produtoras de *commodities* destinadas à exportação”, revela o assessor de Direito Humanos da FIAN Brasil, Lucas Prates.

“O que temos visto e comprovado são processos de grilagem de terras, muitas vezes envolvendo pessoas jurídicas internacionais, com aquele objetivo de produzir soja, cana-de-açúcar e outras commodities. Esses processos afetam diretamente a posse da terra daquelas famílias que lá se encontram, o que os impede, por sua vez, de continuar plantando seus alimentos do modo como sempre fizeram. Em síntese, viola-se o Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequada daquelas famílias, violando-se também tal direito humano de toda a população da região”, completa Prates.

Para a representante do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), Zilmar Pinto Mendes, o Matopiba representa hoje o extermínio das comunidades. “Quando se fala em Matopiba, pra gente que não conhece, a gente pensa que é uma palavra bonita, mas na verdade é um projeto que vem pra tirar as comunidades da terra, tirar a gente da nossa terra é tirar nossa vida. A gente sobrevive da terra, plantando pra ter nossa alimentação. Se a gente sai da comunidade, vamos morrer nas periferias das cidades, sem trabalho”, sentencia a quilombola.

Edição: José Eduardo Bernardes

COMPARTILHE



OUTRAS NOTÍCIAS

“Nosso lema é não retroceder”, diz militante do MST em audiência no Senado

Com truculência, PM desocupa famílias do MST em Ribeirão Preto

Acampamento Dom Tomás Balduino comemora um ano de luta pela reforma agrária
